



# Diretrizes Nacionais e EJA - Algumas questões

**Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva- UDESC**

**III Seminário Estadual de Sistemas de Ensino de Santa  
Catarina**

**Chapecó, 01 e 02 de julho de 2013.**

# Breves considerações históricas:

- Escolarização de jovens e adultos - lugar marginal ou secundário - do ponto de vista da formulação política e da reflexão pedagógica - no âmbito da produção intelectual;
- EJA - Constituição de 1934;
- A preocupação em ampliar a escolarização da ampla camada da população até então excluída da escola só seria expressa em várias ações e programas governamentais, a partir das décadas de 1940 e 1950.

- Na esteira da efervescência política da época e como expressão de articulações populares, essas experiências relacionadas à EJA professavam a necessidade de realizar uma educação de adultos voltada à transformação social;
- Golpe de 1964
- Paulo Freire;

- Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) - Programa organizado pelo governo federal, em 1969, assumidamente voltado a oferecer alfabetização a amplas parcelas de adultos analfabetos em todo o país, a partir de uma apropriação muito peculiar e do método Paulo Freire.
- Mobilizou vários segmentos nacionais e, de fato, chegou a vários locais do Brasil, porém, desacreditado nos meios políticos e educacionais, críticos dos regimes militares daquela época, o programa foi extinto em 1985, quando o Brasil estava em franco processo de redemocratização. (DI PIERRO, et al, 2001, p.61).

- A partir de então muitos outros caminhos foram sendo trilhados, constituindo a EJA que conhecemos no presente, ou melhor, as várias EJAs - pois muitas e diferentes são as terminologias, conceituações e usos dessa modalidade de educação no Brasil.
- Ao longo desse tempo, distinções e demarcações foram sendo construídas, forjadas em lugares e contingências específicas, que revelam profundas diferenças entre as EJAs, como, por exemplo, experiências desenvolvidas nos centros urbanos e aquelas voltadas especificamente ao campo, como o PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.
- De forma bem geral, pode-se dizer que - **como educação popular, supletiva ou continuada** - a expressão “educação de jovens e adultos” comporta um amplo processo voltado para indivíduos de 15 anos ou mais, analfabetos ou considerados alfabetizados, mas que tiveram uma passagem curta pela escola.

- Em pesquisa realizada junto aos núcleos de EJA da cidade de Florianópolis nos anos de 2007 a 2009 algumas características observadas indicam mudança no perfil do aluno da EJA na virada do século XX para o século XXI, notado em todas as regiões do Brasil: o perfil crescentemente juvenil dos alunos e alunas matriculados/as em programas de educação de jovens e adultos.
- Muitos desses alunos e alunas são adolescentes que foram excluídos da escola regular. Essa exclusão ocorre de diferentes maneiras e reúne dados objetivos, como a repetência, e subjetivos difíceis de precisar, como, por exemplo, a produção de desigualdade atravessada por questões como classe, raça e gênero, que constituem sujeitos como “burros/as”, “difíceis”, “mal-educados/as”; enfim, o/a “aluno/a problema”. Subjetividades que incidem diretamente em avaliações carregadas de preconceitos, repetências, evasões etc.
- O elevado contingente de adolescentes, que ajudam a definir o perfil dos estudantes da EJA no presente, difere bastante do “paradigma freireano de educação popular” - voltado para a alfabetização de adultos, de origem rural e que nunca haviam passado pela escola regular - que pautou fortemente as discussões e debates sobre o tema nas décadas de 1960 e 1970.

# Políticas para a EJA

- A compreensão do papel da educação de adultos mudou ao longo do tempo. Desde quando era considerada como um fator de promoção da compreensão internacional, em 1949, a educação de adultos passou a ser vista como fundamental na transformação econômica, política e cultural de indivíduos, comunidades e sociedades no século XXI. (UNESCO, 2010)

- 60 anos de Confitea (Conferência Internacional de Educação de Adultos)
- Embora as CONFINTEAs tenham se constituído em principal ferramenta da UNESCO para a defesa e promoção da educação de jovens e adultos nos últimos 60 anos, pouco tem sido feito para avaliar e monitorar sua eficácia em diferentes contextos socioeconômicos, ou seu impacto sobre as políticas nacionais de educação de adultos. Por exemplo, depois da V CONFITEA, em Hamburgo (Alemanha), realizada em 1997, observou-se uma certa regressão no campo da EJA. Numa análise posterior, identificou-se a ausência de modelo de acompanhamento e avaliação dos avanços no campo.
- Na VI CONFITEA (2009) foi aprovado o *Marco de Ação de Belém*, **que estabeleceu recomendações e compromissos com base em sete eixos voltados para: alfabetização de adultos, política, governança, financiamento, participação, inclusão e equidade, qualidade e, por fim, monitoramento.** Enquanto a responsabilidade pelos seis primeiros eixos recaiu em grande parte sobre os Estados nacionais, a responsabilidade de coordenar o "processo de monitoramento em nível global, realizando balanços e apresentando relatórios periódicos sobre os avanços na aprendizagem e educação de adultos." (UNESCO, 2010, p. 14). O mesmo Marco estabeleceria a necessidade de se acompanhar o processo **em nível regional.**

- LDB 9394/1996 – EJA como modalidade da Educação Básica (artigos 37 e 38).
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Resolução CNE/CEB N° 1, DE 5 DE JULHO DE 2000.
- Consideram-se componentes curriculares mínimos para a Educação de Jovens e Adultos, sem prejuízo de outros que possam contribuir para a formação dos alunos, em cada uma das etapas, conforme prevê as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução N°01/2000), e as Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio (Resolução N° 02/2012).

- **Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD – EJA).** A Resolução nº 51, de 16 de setembro de 2009, regulamentou o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). O Programa previu a distribuição de obras didáticas para todas as escolas públicas que abrigam alunos jovens e adultos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, além das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA).
- A edição do Programa Nacional do Livro de Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) de 2009 e 2010 ampliou o universo de alunos atendidos pelo programa, passando a incorporar, além dos alfabetizandos inscritos no Programa Brasil Alfabetizado – PBA, os alunos de turmas regulares de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos das redes públicas de ensino.
- Grande desafio: vencer a etapa de uma EJA como ação compensatória.
- EJA como um direito.